

Valor Econômico, 04 de Novembro de 2022

## **A economia com Lula III**

*Vai ser preciso muita arte política para transitar do discurso na bolha para a realidade objetiva*

Por: Armando Castelar

Um traço marcante desta eleição foi o isolamento do eleitor em “bolhas de confirmação”, em que só quem pensa igual tem vez. A busca de confirmação é uma tendência natural, um viés cognitivo, no dizer da economia comportamental, mas a forte polarização política e os estímulos dados pelas campanhas dos candidatos líderes contribuíram para o grau extremo em que isso deu.

A reação dos caminhoneiros ao resultado da eleição é absurda para a maioria, mas talvez seja vista de outra forma nos grupos de mensagens dos que protestam. É um exemplo da nova realidade criada nesta eleição, que deve ditar muito do comportamento social nos próximos anos. Veremos mais disso nas eleições de 2024 e 2026.

O ambiente financeiro internacional está volátil e pouco tolerante com a falta de compromisso com as contas públicas.

Nesse ambiente, não surpreende que se tenha discutido tão pouco sobre as propostas de governo. Um debate desses precisa se basear na realidade objetiva,

não naquela imaginária das bolhas de confirmação, em que tudo se resolve eliminando o demoníaco oponente.

Transitar para o mundo real é o desafio que se coloca agora para o novo governo. E a janela de oportunidade para isso é 2023. É assim que interpreto o recado de Lula, quando fala de um e não dois brasis: a mensagem é para sua base eleitoral, para que entenda as alianças políticas que fará, com alguns dos demônios de ontem se tornando ministros de seu governo.

Isso, porém, não elimina a necessidade de definir qual será sua política econômica, algo que, quem sabe, talvez não estivesse escondido, mas simplesmente não existisse. Sobre isso tivemos, porém, dois recados durante a campanha, que apontam para os pilares das políticas a serem seguidas pelo novo presidente.

O primeiro é o aumento do gasto público. Isso se dará, diretamente, através do orçamento, para o que seria necessário eliminar a restrição imposta pelo teto de gastos, em si uma promessa de campanha. Dentre esses gastos adicionais se destacam a manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600, a concessão de um Auxílio adicional de R\$ 150 por criança e o aumento real do salário mínimo, o que elevaria os gastos do INSS.

Haverá, também, mais isenções tributárias e gastos indiretos, via subsídios concedidos por bancos públicos e outras estatais. Os trabalhadores com renda até R\$ 5.000 por mês serão isentos do imposto de renda, por exemplo. O BNDES fará mais operações e concederá mais subsídios, em especial à indústria e na infraestrutura. Se ampliará o programa de construção de mora dias populares. Aparentemente, se pretende, também, que a Petrobras cobre menos

pelos combustíveis, abandonando o alinhamento que hoje existe com os preços externos.

Essas medidas complicarão a situação fiscal, que já ia ser mais difícil em 2023, com o PIB crescendo menos. Isso se dará, diretamente, via mais gastos e menos receitas, inclusive com dividendos de estatais, importante fonte de receita nos últimos anos. E, indiretamente, via taxas de juros e despesas mais altas com a dívida pública, que vão pesar cada vez nas contas fiscais.

O segundo recado do presidente eleito é que não há porque se preocupar com isso, pois já mostrou antes que consegue conciliar aumento de gasto público - 7,8% ao ano, acima da inflação, em 2003-10 - com superávits primários (3,1% do PIB na média desse período) e queda da dívida pública líquida (de 59,9% do PIB ao final de 2022 para 38,0% do PIB oito anos depois).

Ocorre que a situação hoje não é igual à de 20 anos atrás. Em 2003-10, o dólar sofreu uma grande desvalorização real, de 26%, enquanto o PIB da China cresceu 11% ao ano, em média. Isso gerou uma forte alta no preço das commodities, estimulando o crescimento no Brasil, atraindo a entrada de capitais externos e elevando a arrecadação de tributos. O real se valorizou 45% em termos reais, o que ajudou no controle da inflação, especialmente a de bens, permitindo o boom no mercado de trabalho, principal razão da queda da pobreza e da desigualdade, e contribuiu para reduzir a dívida pública, um quinto da qual era indexada ao dólar.

O cenário externo, pelo menos para 2023, é bem diferente. Nas previsões do FMI, o PIB mundial deve desacelerar, com as economias avançadas crescendo quase nada, a Europa indo especialmente mal, e a China com expansão de 4,4%.

O dólar deve seguir forte, com os juros mais altos nos EUA do que na Europa e no Japão. O preço das commodities tende a cair mais.

Não é claro, nesse contexto, como as contas vão fechar. Até porque, com a carga tributária já bastante alta no Brasil - 33,9% do PIB em 2021, 1,3% do PIB acima de 2010 -, não parece politicamente viável, ou recomendável, tentar fazer isso criando novos tributos ou elevando as alíquotas dos já existentes.

A postura menos beligerante e mais favorável ao ambiente e às minorias, entre outros, tem gerado apoio internacional para o governo eleito e tende a tornar o Brasil mais atraente para o investidor estrangeiro, até porque os ativos nacionais estão relativamente baratos. Mas o ambiente financeiro internacional, como mostrou o Reino Unido, está volátil e pouco tolerante com a falta de compromisso com as contas públicas. Não há muito espaço para experimentação. Vai ser preciso muita arte política para transitar do discurso na bolha para a realidade objetiva.

Link para a matéria original:  
<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/a-economia-com-lula-iii.ghtml>